



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
 Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
 CNPJ nº 09.491.235/0001-06

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

- 1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a contratação de empresa especializada em fornecimento de material para sinalização viária horizontal (marcas, símbolos e legendas viárias), a fim de atender as demandas do Município de Delmiro Gouveia/AL.

2. JUSTIFICATIVA

- 2.1. A aquisição dos materiais de sinalização viária, para atender à Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito - SMTT, faz-se necessária em razão da responsabilidade legal e administrativa do Município em assegurar condições adequadas de segurança e organização nas vias públicas. A sinalização eficiente, tanto horizontal quanto vertical, desempenha papel fundamental na orientação de condutores e pedestres, contribuindo diretamente para a prevenção de acidentes e a redução de riscos à integridade física dos munícipes.
- 2.2. Além disso, a manutenção e a reposição periódica desses materiais são indispensáveis diante do desgaste natural ocasionado pelo tempo, pelas condições climáticas e pelo intenso fluxo de veículos. A ausência ou deficiência na sinalização compromete a fluidez do trânsito, aumenta a probabilidade de ocorrências de sinistros e dificulta a atuação dos órgãos fiscalizadores.
- 2.3. Dessa forma, a ampliação e o constante aprimoramento da sinalização viária constituem medidas essenciais para a promoção de um trânsito mais seguro, organizado e eficiente, atendendo ao interesse público e garantindo melhores condições de mobilidade urbana para toda a população.

3. ESPECIFICAÇÕES

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UNID. | QUANTIDADE |
|------|--|-------|------------|
| 1 | Embalagem: Balde metálico 18L. Pavimento: Betuminoso e Concreto. Acabamento: Fosco. Características: Secagem rápida, boa resistência à abrasão, boa retenção de cor, forte aderência ao | UNID. | 70 |



| | | | |
|---|---|-------|----|
| | pavimento e boa flexibilidade. Na cor: Branca. (Especificação da ABNT NBA – 11862) | | |
| 2 | Embalagem: Balde metálico 18L. Pavimento: Betuminoso e Concreto. Acabamento: Fosco. Características: Secagem rápida, boa resistência à abrasão, boa retenção de cor, forte aderência ao pavimento e boa flexibilidade. Na cor: Amarelo. (Especificação da ABNT NBA – 11862) | UNID. | 70 |
| 3 | Embalagem: Balde metálico 18L. Pavimento: Betuminoso e Concreto. Acabamento: Fosco. Características: Secagem rápida, boa resistência à abrasão, boa retenção de cor, forte aderência ao pavimento e boa flexibilidade. Na cor: Azul. (Especificação da ABNT NBA – 11862) | UNID. | 07 |
| 4 | Embalagem: Balde metálico 18L. Pavimento: Betuminoso e Concreto. Acabamento: Fosco. Características: Secagem rápida, boa resistência à abrasão, boa retenção de cor, forte aderência ao pavimento e boa flexibilidade. Na cor: Preta. (Especificação da ABNT NBA – 11862) | UNID. | 02 |
| 5 | Microesfera de vidro retrorrefletiva tipo II (Droo-on), embalagem de 25 Kg cada, com as seguintes características mínimas: resistência ao cloreto de cálcio e ácido clorídrico; resistência a água e ao sulfeto de sódio; mínimo de 65% de teor sílica, índice de refração de no mínimo 1.50, densidade de massa de 2,4g/cm3 e 2,6g/cm3, em conformidade com o Inmetro e com as recomendações da ABNT no que couber. | UNID. | 30 |

4. DA FORMA DA EXECUÇÃO DA ENTREGA DO OBJETO

4.1. O objeto deverá ser entregue de forma única, no prazo máximo de 30 dias contados a partir do recebimento da Ordem de Fornecimento/Ordem de início de serviços/Nota de empenho expedida pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT.



4.2. A entrega do objeto deverá ser feita no endereço citado na ordem/nota de empenho e ou endereço fornecido pela Secretaria de Agricultura, acompanhados de Nota Fiscal-Fatura, dentro do prazo estabelecido no item 4.1.

4.3. O objeto deverá atender o disposto em todas as legislações vigentes.

4.4. O objeto será rejeitado caso apresente uma (ou mais de uma) das seguintes situações:

a) Prazo de validade vencido;

b) Quantidade em falta do produto;

c) Embalagem muito avariada com situação de vazamento do produto;

d) Especificações diferentes deste Termo de Referência;

4.5. O objeto solicitado não poderá ser substituído, sem a autorização prévia da Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito, mesmo que sejam por produtos de qualidade equivalente. Caso haja a necessidade de substituição, a mesma deverá ser solicitada previamente por escrito e com comprovação das devidas justificativas, para que possa ser analisada pela SMTT juntamente com a Procuradoria Geral do Município de Delmiro Gouveia.

4.6. O objeto poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste termo de referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 48 (Quarenta e oito) horas, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.7. O contratante se reserva o direito de não receber o objeto que estiver em desacordo com o previsto neste instrumento, podendo aplicar as sanções cabíveis, nos termos da legislação vigente.

4.8. A ordem de fornecimento/Nota de empenho será expedida por qualquer meio de comunicação que possibilite a comprovação do respectivo recebimento por parte da contratada.

4.9. Provisoriamente, no ato da entrega do objeto, a Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito procederá à conferência de sua conformidade com as especificações do Termo de Referência, da proposta, da Nota de empenho e do contrato. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse o recebimento.

4.10. O aceite/aprovação do objeto pela SMTT não exclui a responsabilidade civil do licitante por vício de quantidade ou qualidade do material ou disparidades com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência.



4.11. A eventual reprovação do objeto, em qualquer fase de sua entrega, não eximirá o contratante da aplicação das multas a que está sujeita a contratada.

5. DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

5.1. A fiscalização é exercida no interesse da Administração, nos termos do Artigo 117, da Lei n. 14.133/2021, e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, e nesta hipótese, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

5.2. A aceitação estará condicionada à devida fiscalização, pelo servidor designado pelo gestor da Pasta.

5.3. O fiscal da contratação terá, entre outras, as seguintes atribuições:

- a) Expedir ordens de execução;
- b) Acompanhar a entrega dos produtos mensurados no Termo de Referência;
- c) Fiscalizar a contratação quanto à qualidade desejada e quantidades solicitadas;
- d) Comunicar à CONTRATADA o descumprimento das obrigações assumidas e solicitar à Administração a aplicação de penalidades cabíveis.
- e) Fornecer atestados de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;
- f) Atestar as notas fiscais relativas a prestações dos serviços para efeito de pagamentos;
- g) Solicitar à CONTRATADA e a seu preposto todas as providências necessárias ao bom e fiel cumprimento das obrigações;

6. DAS RESPONSABILIDADES DAS PARTES

6.1. São obrigações da **CONTRATANTE**:

- a) Fornecer todos os elementos básicos e dados complementares necessários a realização do serviço;
- b) Notificar à Contratada, por escrito, quaisquer irregularidades que venham a ocorrer, em função do fornecimento dos produtos constantes da Ordem de Fornecimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
CNPJ nº 09.491.235/0001-06

- c) Assegurar os recursos orçamentários e financeiros para custear a prestação.
- d) Efetuar os pagamentos devidos à Contratada, na forma estabelecida deste edital.
- e) Providenciar a inspeção do fornecimento dos produtos entregues pela Contratada.
- f) Conduzir os procedimentos relativos a eventuais renegociações dos preços registrados;
- g) Aplicar as penalidades por descumprimento do pactuado no Contrato;

6.2. São obrigações da CONTRATADA:

- a) Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais ocasionados por seus empregados;
- b) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do presente contrato, sem prévia e expressa anuência do Contratante.
- c) Atender satisfatoriamente em consonância com as regras contratuais.
- d) Fornecer os produtos conforme proposto pelo Contratante durante o prazo de vigência do contrato, sem qualquer ônus adicional para o Contratante.
- e) Manter, durante toda a execução da Ordem de Fornecimento, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- f) Responsabilizar-se por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por empregados, representantes ou prepostos, direto ou indiretamente, durante os prazos de validade da garantia dos mesmos.
- g) Atender com prioridade as solicitações do Contratante, para fornecimento dos produtos;
- h) Comunicar de imediato e por escrito qualquer tipo de irregularidade que possa ocorrer durante a vigência do contrato;
- i) Utilizar pessoal próprio ou credenciado, responsabilizando-se por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes do fornecimento e entrega dos produtos;
- j) Retirar, transportar, substituir, reparar, corrigir e remover, às suas expensas, no todo ou em parte os produtos em que se verifique danos em decorrência do transporte, avarias e/ou defeitos, bem como providenciar a substituição dos mesmos, no prazo de 48 (Quarenta e oito) horas, contados da notificação pela organização.
- l) Substituir, imediatamente, às suas expensas, todo e qualquer produto julgado em desacordo com a especificação do Edital, em tempo hábil para sua utilização no dia programado, bem como repor aqueles faltantes, no prazo máximo de 48 (Quarenta e oito) horas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
 Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
 CNPJ nº 09.491.235/0001-06

- m) A Contratada deverá observar detalhadamente a descrição de cada item, visto que existem normas a serem seguidas sob fiscalização.
- n) Fornecer, sempre que solicitado, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, documentação de habilitação e qualificação cujas validades encontrem-se vencidas.
- o) A Contratada deverá dar total assistência às Secretarias, durante a vigência da contratação (tanto por Email e/ou por Telefone).

Cabe a **CONTRATADA**, além do previsto e exigido pela Legislação vigente e normas regulamentares pertinentes:

- Obedecer às normas e especificações na forma da Lei;
- Dispor dos profissionais necessários à execução dos serviços descritos, prevendo substitutos, no caso de possíveis ausências;
- Assumir a responsabilidade por todas e quaisquer informações necessárias ou solicitadas por autoridades constituídas referentes aos serviços e atendimentos prestados à Contratante pela Contratada, no período de vigência do contrato;
- Antecipar, reconhecer, identificar e propor medidas para neutralizar e/ou minimizar os agentes de riscos encontrados na entrega do produto.

7. DAS SANÇÕES

7.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei Nº 14.133, de 2021, de 1 de abril de 2021, a CONTRATADA que:

- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) Dar causa à inexecução parcial do contrato que causa grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Dar causa à inexecução total do contrato;
- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) Não celebrar o contato ou não entregar a documentação exigida para a contratação quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;



- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8. MODALIDADE DA LICITAÇÃO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO

8.1 A aquisição dar-se-á por Dispensa de Licitação, em sua forma eletrônica, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021 e suas alterações, que estabelece os limites para a obrigatoriedade de licitar. Adotar-se-á como critério de julgamento o menor preço por item, desde que atendidas as especificações técnicas e os padrões mínimos de qualidade definidos neste Termo de Referência.

9. DOS CRITÉRIOS DE ESCOLHA DO FORNECEDOR

9.1. Será considerado vencedor o licitante que apresentar o menor preço e a melhor qualidade para a contratação do objeto, devendo observar o preço máximo estabelecido por item, e atenderem a todos os requisitos do Termo de Referência.

9.2. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, através da apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado;
- b) Comprovante de vínculo entre a empresa licitante e o Responsável técnico indicado, mediante cópia do registro em carteira de trabalho ou cópia da ficha de registro de empregados da empresa. Caso o Responsável Técnico seja dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação deverá ser feita através da cópia da Ata da Assembleia de sua investidura no cargo ou cópia do contrato social.

9.2. QUALIFICAÇÃO JURÍDICA



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
 Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
 CNPJ nº 09.491.235/0001-06

A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, registrado na Junta Comercial do Estado (documento inicial e última alteração, ou instrumento consolidado), em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; - Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

9.3. REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ), pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Municipal, relativo à sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Federal por intermédio da Certidão de Regularidade Conjunta de Débitos, de tributos e contribuições federais (INSS), administrados pelo Departamento da Receita Federal, quanto a dívida ativa da União, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- e) Prova de Regularidade para com a Fazenda Estadual, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- f) Prova de Regularidade para com a Fazenda Municipal, pertinente ao seu ramo de atividade e relativa aos tributos relacionados com o objeto licitado;
- g) Prova de Regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.



- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho por intermédio de Certidão negativa de débitos trabalhistas, expedida pela Justiça do Trabalho (Lei 12.444/11), ou Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeito de Negativa.
- i) Será admitida apresentação de certidão positiva com efeitos de negativa, a qual goza dos mesmos efeitos que a certidão negativa, nos termos do art. 206 do Código Tributário Nacional.

9.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- b) Certidão negativa de recuperação judicial ou extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;
- c) Nas hipóteses em que a certidão encaminhada for positiva, deve o licitante apresentar comprovante da homologação/deferimento pelo juízo competente do plano de recuperação judicial/extrajudicial em vigor.

9.5. RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE

9.5.1. Com fundamento na lei nº 14.133/2021, mediante a pesquisa de preços no mercado especializado e aquisições e contratações similares de outros entes públicos, será selecionada empresa que apresente o menor preço e a melhor qualidade para a contratação do objeto.

10. DA FORMA E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

10.1. Os pagamentos serão efetuados após a análise da conformidade dos produtos entregues com o discriminado na respectiva nota fiscal, mediante o aceite pela Superintendência Municipal de Transportes e Trânsito – SMTT, e de acordo com a programação financeira da Administração Municipal.

10.2. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE, em até 30 (trinta) dias, contados da apresentação de requerimento, nota fiscal, recibo e certidões necessárias, devidamente analisadas e atestadas pelo servidor designado pela Contratante.

10.3. Havendo erro na Fatura/Nota Fiscal/Recibo, ou outra circunstância que desaprove a liquidação, o pagamento será sustado, e a Fatura/Nota Fiscal/Recibo será devolvida à contratada para que as devidas correções sejam feitas.



11. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

11.1 As despesas decorrentes da contratação do objeto deste Termo de Referência correrão à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Delmiro Gouveia/AL e da SMTT.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

12.1 O contrato deverá ser executado fielmente de acordo com as cláusulas avançadas, nos termos do presente instrumento e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial;

12.2 A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos e esclarecimentos solicitados;

12.3 A fiscalização não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, nem a exime de manter fiscalização própria;

12.4 Não serão aceitas propostas que estiverem em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência, nem quaisquer pleitos de faturamento extraordinários, sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado.

12.5 Ficam reservados ao Gestor do Contrato, o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado, desde que não acarrete ônus para o Município de Delmiro Gouveia ou modificação da contratação;

12.6 A gestão do contrato será exercida pelo servidor CAIO MAURILIO GODOI DA HORA, a quem competirá o exercício da gestão geral das disposições contratuais.

12.7 As decisões que ultrapassarem a competência do Gestor do Contrato deverão ser solicitadas formalmente à autoridade administrativa imediatamente superior, em tempo hábil para a adoção de medidas;

12.8 A CONTRATADA deverá aceitar, antecipadamente, todos os métodos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pela Gestão de Fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos, soluções e comunicações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades;



12.9 A existência e a atuação da Gestão e Fiscalização em nada restringem a responsabilidade única, integral e exclusiva da CONTRATADA, no que concerne ao objeto da contratação, às implicações próximas e remotas perante a CONTRATANTE ou perante terceiro, do mesmo modo que a ocorrência de irregularidades decorrentes da sua execução contratual não implicará corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus prepostos, devendo, ainda, a CONTRATADA, sem prejuízo das penalidades previstas, proceder ao ressarcimento imediato a CONTRATANTE dos prejuízos apurados e imputados a falhas em suas atividades.

13. HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS

13.1. O Art. 137. Da lei federal nº 14.133/2021 prevê que: constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz. Disposto no inciso V do art. 27, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
CNPJ nº 09.491.235/0001-06

14. DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO

- 14.1 O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a partir da assinatura do contrato, na forma do art. 105 da Lei 14.133/2021, podendo ser prorrogado, a critério da Prefeitura Municipal de Delmiro Gouveia, de acordo com o art. 107 da Lei 14.133/2021.
- 14.2 A prorrogação da vigência do contrato deverá ser sempre precedida de pesquisa para verificar se as condições oferecidas pela CONTRATADA continuam vantajosas para a CONTRATANTE. A CONTRATANTE deverá se manifestar quanto ao interesse em aditar até 30 (trinta) dias antes do término.
- 14.3 No caso de prorrogação do prazo contratual e desde que observado o intervalo mínimo de 01 (um) ano, contados da data limite para apresentação da proposta, ou, nos reajustes subsequentes ao primeiro, da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ocorrido, os valores contratados poderão ser reajustados utilizando-se a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), instituído pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- 14.4 No interesse do Município de Delmiro Gouveia/AL o objeto desse ato convocatório poderá ser suprimido ou aumentando no limite de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial licitado, facultada a supressão além desse limite, por acordo entre as partes, conforme disposto no art. 125, da lei 14.133.

15. DO FORO

15. Fica eleito o foro da Comarca de Delmiro Gouveia/AL, para dirimir as questões oriundas deste Termo de Referência e das contratações dele decorrentes, excluído qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

16. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 16.1 A contratação será realizada com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, devendo observar as leis, decretos, regulamentação, portarias e normas federais, estaduais e municipais diretamente e indiretamente aplicáveis ao objeto da contratação, inclusive por suas subcontratadas. Na elaboração do objeto contratado deverão ser observados os documentos abaixo, assim como toda a legislação municipal, estadual, federal pertinente, independente de citação:
- 16.2 Códigos, leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais;
- 16.3 Normas brasileiras elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE DELMIRO GOUVEIA
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E TRÂNSITO –
SMTT
Rua José Pereira de Sá, 156, Bairro Novo, CEP 57.480-000, Delmiro Gouveia/AL
CNPJ nº 09.491.235/0001-06

- 16.4 Normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego – TEM;
16.5 Outras normas aplicáveis ao objeto do Contrato.

17. RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA

RUTH GRAZIELA BRANDÃO DANTAS
Assessora Jurídica da SMTT

Delmiro Gouveia-AL, 26 de Março de 2026.

RUTH GRAZIELA BRANDÃO DANTAS
Assessora Jurídica da SMTT

De acordo, autorizo o seguimento do processo.

FABRÍCIO SOBREIRA QUEIROZ DE BARROS
Superintendente da SMTT



Código de verificação: **FU75-5F9V-N914-51J9**

Documento capturado em 26/03/2026 12:26:16 (HORÁRIO DE BRASÍLIA - UTC-3)

Hash (SHA256): 488e14ffe4c7721098dc7416541f0e2e756c6cfd95600f06aafa7788f013bc9

Valor Legal: ORIGINAL | Natureza: DOCUMENTO NATO-DIGITAL

<https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade/FU75-5F9V-N914-51J9>.



Documento assinado eletronicamente por **FABRÍCIO SOBREIRA QUEIROZ DE BARROS** (**.294.094-**), **SUPERINTENDENTE DA SMTT GC-7**, em 26/03/2026 12:25:29 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. **IP:177.87.106.182**



Documento assinado eletronicamente por **Ruth Graziela Brandão Dantas** (**.534.374-**), **ASSESSOR JURÍDICO CA-7**, em 26/03/2026 12:26:16 (GMT-03:00), conforme fundamento no art. 4º, I, da Lei nº 1.379/2022 de 19 de dezembro de 2022. **IP:177.37.170.170**



Para verificar a validade da(s) assinatura(s), acesse o site <https://supre.delmirogouveia.al.gov.br/autenticidade> informando o identificador: **FU75-5F9V-N914-51J9**.

Documento assinado digitalmente pelo Município de Delmiro Gouveia, conforme medida provisória n.º 2.200-2 de 24 de agosto de 2001. Sua autenticidade deverá ser confirmada no endereço: <https://validar.iti.gov.br>.